



# O Ideário Patrimonial О идеарио

Na Rota dos Mosteiros  
Património da Humanidade (e  
outros Patrimónios)



O Ideário  
**Patrimonial**  
О идеарио

[www.cta.ipt.pt](http://www.cta.ipt.pt)

N. 07 // dezembro 2016 // Instituto Politécnico de Tomar

**PROPRIETÁRIO**

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

**EDITORA**

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

**DIRECTORES-ADJUNTOS**

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar  
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar  
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro  
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora  
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil  
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova  
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal  
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

**DESIGN GRÁFICO**

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

**EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO**

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

**PERIODICIDADE**

Semestral

ISSN 2183-1394

ANOTADA DA ERC

REGISTADA NA INPI

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores



# Índice

<b>EDITORIAL</b> .....	04
<b>Introdução. O Mosteiro da Batalha e o(s) seu(s) Território(s)</b> Joaquim Ruivo .....	06
<b>Do Património Natural aos Patrimónios Culturais – a Singularidade do Cársico Estremenho</b> Nuno Carvalho e Mário Oliveira .....	13
<b>A Âncora de um Imenso Navio</b> António Jorge Figueiredo .....	25
<b>Património Industrial dos Antigos Coutos de Alcobaça</b> António Maduro .....	44
<b>Os Administradores da Fábrica do Juncal e a Real Casa da Nazaré</b> Maria Filomena Costa Coelho da Silva Martins .....	57
<b>Mosaico</b> .....	66
<b>Caixa Geral de Depósitos. Os Depósitos Públicos e o aparecimento da Junta do Crédito Público</b> Joaquim Pombo Gonçalves e Helena Real Gomes .....	67
<b>Territórios Culturais: Sagrado e Profano na Feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro e suas relações com a Cidade, o Turismo e o Patrimônio Cultural</b> Elis Regina Barbosa Angelo .....	78
<b>Paisagem Cultural: Caminhos e Possibilidades da Educação Patrimonial como Experiência Interdisciplinar</b> Lauro César Figueiredo e Marta Rosa Borin .....	103
<b>Rio de Janeiro – Lisboa, um Programa de Estudos sobre Imagética: 10 anos de cooperação pedagógica e científica entre Universidades</b> Maria Leonor García da Cruz .....	114

# EDITORIAL



## Editorial

Este número de Dezembro surge dividido em duas partes.

A primeira parte consta dos artigos produzidos depois das apresentações que tiveram lugar no III Fórum cuja temática versava sobre Patrimónios.

O III Fórum “Património Natural, Etnográfico e Arqueológico. Na rota dos Mosteiros Património da Humanidade – Alcobaça, Batalha e Tomar: outros patrimónios a salvaguardar” é organizado pelo Instituto Politécnico de Tomar, a Câmara Municipal da Batalha, o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) e o Convento de Cristo (Tomar), com o objetivo trazer a lume património natural, etnográfico e arqueológico que gravita na órbita do grande eixo de Património da Humanidade definido pelos mosteiros de Alcobaça e Batalha e pelo Convento de Cristo, em Tomar.

A relevância destes três monumentos transporta virtudes e também algumas dificuldades acrescidas no processo de estudo e valorização de “outros patrimónios”. De facto, a sua projeção internacional constitui uma garantia de um permanente interesse pela região, desde logo, em termos científicos, mas também numa perspetiva mais abrangente de fruição cultural. No entanto, também existe uma perceção de que a presença destas fortes marcas patrimoniais pode, se não devidamente tido em conta, absorver uma atenção, de alguma forma, propícia a um diminuto investimento em patrimónios relacionados entre si e que explicam, em boa parte, aqueles monumentos. Estes “outros patrimónios” representam, de resto, um manancial de valorização territorial suscetível de ser evidenciado de forma acrescida.

Como sucedeu nas edições precedentes, este fórum pretende abrir um espaço a estudos de investigadores de diversas áreas e cujos resultados e reflexões se pretende dar a conhecer, no interesse das comunidades que diariamente convivem com as suas paisagens, identidade e memórias e, neste caso, contribuir para potenciar, com utilidade recíproca, as valências de um eixo patrimonial de projeção inestimável.

A segunda parte consta de artigos enviados para publicação na Ideário como o artigo acerca do primórdios da CGD, e sobre tradições, costumes e ambientes de discussão teóricos vindo do outro lado do Atlântico (Brasil).

O conteúdo deste número é concerteza um convite a entrar no mundo da Ideário.

## Mosaico



**PAISAGEM CULTURAL: CAMINHOS E POSSIBILIDADES DA  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO EXPERIÊNCIA  
INTERDISCIPLINAR**

**CULTURAL LANDSCAPE: WAYS AND POSSIBILITIES OF ASSET  
EDUCATION EXPERIENCE AS INTERDISCIPLINARY**

**Lauro César Figueiredo**

Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria/RS,  
Departamento de Geociências.  
NERA- Grupo de Estudos Regionais e Agrários  
Grupo de Pesquisa Memória, Patrimônio Cultural, Natural e Desenvolvimento Local  
Universidade de São Paulo – USP/EACH.  
[laurocfigueiredo@hotmail.com](mailto:laurocfigueiredo@hotmail.com)

**Marta Rosa Borin**

Professora Doutora. Departamento de Metodologia do Ensino/Centro de Educação;  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS/Brasil), Professora do Programa de Pós-  
Graduação em História, Grupo de Pesquisa:  
História Platina: sociedade, poder e instituição, UFSM/CNPq; Professora do Programa  
de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural,  
[mrborin@gmail.com](mailto:mrborin@gmail.com)



# Paisagem Cultural: Caminhos e Possibilidades da Educação Patrimonial como Experiência Interdisciplinar

## Cultural Landscape: Ways and Possibilities of Asset Education Experience as Interdisciplinary

Lauro César Figueiredo

Marta Rosa Borin

### Historial do artigo:

Recebido a 12 de novembro de 2016

Revisto a 12 de dezembro de 2016

Aceite a 18 de dezembro de 2016

### RESUMO

Objetiva-se com este artigo apresentar discussões em torno do conceito de paisagem cultural aplicado à Educação Patrimonial, empregando o mesmo como instrumento de conservação do patrimônio. Como instrumento metodológico de pesquisa, foram utilizados, como dados primários, a observação participante realizadas em projetos de extensão, já às fontes secundárias, utilizou-se de produções acadêmicas que discutem a temática e auxiliaram no entendimento do conceito. Os resultados são parciais uma vez que a interdisciplinaridade, enquanto novo paradigma do conhecimento nos impõe uma espécie de deslocamento de nossa posição em um campo específico do saber, ampliando os horizontes de atuação e nos coloca como agentes na construção de um saber novo e, por isso mesmo, complexo e instável.

**Palavras-chave:** Paisagem Cultural; Educação Patrimonial; Interdisciplinaridade; Patrimônio

### ABSTRACT

Objective with this article present discussions on the cultural landscape concept applied to heritage education, employing the same as heritage conservation tool. As a methodological research tool, they were used as primary data, participant observation conducted in extension projects guided by the author, since the secondary sources, we used academic productions that discuss the issue and helped in conceptual understanding. The results are partial since interdisciplinary as an adventure of knowledge imposes a kind of shift our position in a specific field of knowledge, expanding the horizons of action and puts us as agents in building a new knowledge and, that's right, complex and unstable.

**Key-words:** Cultural Landscape; Heritage Education; Interdisciplinary; Patrimony





## 1. Introdução

Este artigo objetiva discutir o conceito de paisagem cultural aplicado à Educação Patrimonial, empregando o mesmo como instrumento de conservação do patrimônio.

Ao compreender a trajetória da ampliação do conceito de patrimônio, percebemos, substancialmente, o alargamento disciplinar e a conseqüente regeneração que tem resultado no maior reconhecimento da diversidade cultural e no direcionamento rumo à valorização deste conceito. Uma delas vai ser a de “paisagem cultural”, que, desenvolvida pela Unesco desde o início dos anos 1990, combina de forma inextricável os aspectos material e imaterial do conceito, muitas vezes pensados separadamente, indicando as interações significativas entre o homem e o meio-ambiente natural. Há de se intentar compreender as partes, o todo, suas dimensões, seu funcionamento, interações, contradições, ambigüidades, dialógicas e dinâmicas, sua complexidade sistêmica e mutante, portanto. Com isso, o conceito parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada também às ideias tradicionais do campo da conservação, podendo servir para ampliar a perspectiva sobre os próprios centros históricos, permitindo leituras que compreendem justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas. A partir desta compreensão ampliada, parece-nos possível também se propor estratégias integradas de intervenção que, ao combinar esses diversos aspectos, terminam por constituir respostas muito mais completas ao complexo desafio da conservação urbana. Sendo a Paisagem Cultural um novo eixo dentro da estrutura do IPHAN e, portanto, sem a mesma experiência dos outros setores, existem ainda nessa fase inicial, mais perguntas do que respostas.

Diante do desafio que agora se impõe para as políticas de patrimônio para incorporação da paisagem cultural como um instrumento legítimo de valorização de identidades e prática da cidadania, tal debate se justifica, uma vez que, a maneira como um conceito polissêmico como o de paisagem for incorporado nas políticas públicas implicará em diferentes estratégias. O papel de estratégias para incorporação dos valores das populações envolvidas e sua apropriação enquanto identidade, seja pela necessidade de vinculação e pertencimento, seja pela necessidade de associar a população à prática, rumo à gestão sustentável é um caminho sem volta. Pensar a paisagem como patrimônio também implica em pensar suas potencialidades.

## 2. Patrimônio e Conservação

O entendimento que se tem hoje do que seja patrimônio e as medidas de proteção destinadas à sua salvaguarda são resultantes de uma formulação lenta e gradual da cultura no mundo ocidental. É claro que encontramos desde a Antiguidade objetos valorados e conservados, bem como medidas jurídicas para sua proteção, advindas de motivações de ordem cultural, política, econômica e religiosa. Todavia, uma reflexão crítica acerca do valor histórico, artístico e cultural dos bens a serem conservados ocorreu em épocas mais recentes e que acarretaram transformações no conceito.

A ampliação do conceito permitiu a compreensão de que os signos das identidades de um povo não podem ser definidos tendo como referência as culturas ocidentais, assim como a cultura camponesa não pode ser vista como menor em face às atividades industriais. O reconhecimento da mudança conceitual se fez presente nos fóruns internacionais destinados a refletir sobre a



conservação de bens culturais ou patrimônio cultural. A Convenção de Haia de 1954, patrocinada pela UNESCO, empregou o conceito. A partir de então ele passou a ter o sentido de objetos e estruturas herdadas do passado, com valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social e que podem ser materiais ou imateriais, ao longo das duas décadas seguintes.

### 3. A Paisagem e a Abordagem Cultural

Embora desde o final do século XIX a paisagem tenha sido objeto de reflexão dos geógrafos, que trouxeram uma abordagem mais sociológica, cultural e humanista, como a ideia de “Paisagem Cultural”, Cauquelin (1998, 110-112) reforça que a noção pictórica de paisagem tem embasado a construção de uma retórica geral e dominante sobre o tema no campo do patrimônio cultural a qual poderemos identificar na atuação de diversas instituições responsáveis pela conservação do patrimônio, como a UNESCO, por exemplo.

Os estudos da paisagem cultural têm, em suas origens, Carl Sauer como grande expoente. Seu grande clássico, “A morfologia da paisagem”, publicado em 1925, é pioneiro da geografia cultural. Nele, Sauer defende que a cultura é apreendida através da análise das técnicas, dos utensílios e das transformações das paisagens, ou seja, dos aspectos materiais, utilizados pelo homem de forma a modificar o ambiente natural. Sauer é considerado fundador da chamada Escola de Berkeley, que tem alguns discípulos de relevância, em termos de produção. Desses, Philip L. Wagner e Marvin W. Mikesell, entre outros, desenvolveram, nessa Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, sua base de pesquisa (CORRÊA; ROSENDAHL, 2000). Características principais da obra saueriana, segundo Corrêa e Rosendahl (2000, p.9) são: a crença na diversidade cultural, a ênfase no passado, a valorização da contingência, o primado da compreensão, uma certa postura anti-urbana e o privilégio de sociedades tradicionais.

Em texto originalmente escrito em 1931 e reeditado em 2000, Sauer afirma que a geografia cultural implica um programa integrado ao objetivo geral da geografia, qual seja: “um entendimento da diferenciação da Terra em áreas. Seu método é evolutivo, especificamente histórico até onde a documentação permite e, por conseguinte, trata de determinar as sucessões de cultura que ocorreram numa área” (SAUER, 2000, p.109-10). Holzer (1999: 111), afirma que, da década de 1920 até o início de 1960, o objetivo da Geografia Cultural era estabelecer bases metodológicas que atendessem a seu variado programa de estudos. A partir de 1960, a ênfase no caráter coletivo da cultura é deixada de lado e preocupações eminentemente epistemológicas direcionam os estudos para o estado das atitudes e preferências que, segundo o próprio Sauer, podiam ser inventadas ou adquiridas.

Uma grande mudança de atitudes caracteriza a transformação que começa a afetar os estudos culturais conduzidos a partir do início da década de 1970. Teve destaque, à época, a constatação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São expressões de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm dimensão psicológica e sociopsicológica. Nasceram das sensações experimentadas e das percepções a elas ligadas (CLAVAL, 2001: 97-99).

O ressurgimento da geografia cultural se faz em um contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo. O ressurgir da geografia cultural é marcado por diversas influências: pela geografia cultural que a antecedia



e pelo materialismo histórico e dialético, que considera a cultura como um reflexo e uma condição social, simultaneamente. Atualmente, valoriza-se a experiência, a intersubjetividade, os sentimentos, a intuição e a compreensão daquilo que não se repete.

Nesse cenário, o lugar é tido como um conceito-chave da geografia, por Relph (1976) e Tuan (1980; 1983). As temáticas da religião, da percepção ambiental, da identidade espacial e a interpretação de textos (literatura, música, pintura e cinema) estão entre as que emergiram ou foram retomadas. O espaço urbano passa a ser objeto de interesse na geografia cultural. Esta “distingue, descreve e classifica os complexos típicos de aspectos ambientais, incluindo aqueles feitos pelo homem, que coincidem com cada comunidade cultural” (CORRÊA, 1999, p.53). Ao fazê-lo, considera-os como paisagens culturais e procura origens na história da cultura (WAGNER; MIKESELL, 2000:15-17). Entende-se que a cultura resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos. Assim:

*“Quando as pessoas parecem pensar e agir similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham e conversam juntas, aprendem dos mesmos companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, questões e personalidades, observam ao seu redor, atribuem o mesmo significado aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam o mesmo passado”* (WAGNER; MIKESELL, 2000, p.21).

Refletem, dessa forma, a existência de símbolos e língua comuns. A paisagem passa a ser concebida em uma amplitude de abordagens, tendo por base uma matriz não-positivista. Ela desempenha um papel na aquisição, por cada um, de conhecimentos, atitudes e reflexos dos quais temos necessidade para viver: constitui o quadro em relação ao qual se aprende a se orientar; fala da sociedade na qual se vive e das relações que as pessoas estabelecem com a natureza. Esse aspecto se apresenta carregado de lembranças históricas cuja significação pode ser apreendida pelo observador atento. A paisagem é, assim, uma das matrizes da cultura. É, também, o lugar onde as atividades humanas gravam sua marca. Altera-se o foco e fundamentação ontológica da paisagem. Uma das principais mudanças incorre no fato de se buscar compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime e reflete. Desse modo, “trabalha-se com a dialética das relações sociais no espaço, com sua ligação ao meio ambiente e ao papel complexo das paisagens, ao mesmo tempo suportes e matrizes das culturas” (CLAVAL, 2001:41-48). O próprio conceito de paisagem é uma forma especial de dar significados, estruturar e compor o mundo externo, “cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra” (COSGROVE; JACKSON, 2000:16).

A paisagem cultural refere-se, pois, ao conteúdo de uma determinada área ou um complexo geográfico de certo tipo, no qual são manifestas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural. Seu estudo serve, simultânea e inseparavelmente, a diversos fins. Independente da sua função de descrição sistemática proporciona uma base para a classificação regional, possibilita um insight sobre o papel do homem nas transformações do espaço e esclarece certos aspectos da cultura e de comunidades culturais em si mesmas. A paisagem cultural, então, pode ser entendida como um produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais. Trata-se de uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano (WAGNER; MIKESELL, 2000: 23-24). Ao reconstruir os conceitos de paisagem e de cultura com novas referências conceituais, os estudos recentes de geografia cultural enfatizam o caráter de construção cultural sofisticada do próprio conceito de paisagem. Esta passa a ser vista como um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra. A paisagem pode, então, ser estudada por vários meios e superfícies: por intermédio da pintura sobre a tela, da escrita sobre o papel, das imagens gravadas em filme, e mesmo da terra,



da pedra, da água e da vegetação sobre o solo. Esses meios revelam significados que os grupos humanos atribuem às áreas e lugares, permitindo relacionar esses significados a outros aspectos e condições da existência humana (COSGROVE; JACKSON, 2000:21). A linha interpretativa dentro da geografia cultural recente desenvolve a metáfora da paisagem como ‘texto’, a ser lido e interpretado como documento social.

Os signos de que as paisagens são portadoras transmitem mensagens intencionais, geralmente muito fáceis de serem decifradas pelas pessoas familiarizadas com a cultura local. No entanto, a mensagem não se torna clara para os demais, a não ser que se conheçam os textos que ela procura transcrever. É ao papel que a paisagem desempenha nos processos culturais e aos valores que aí se leem que os pesquisadores se atêm, nos últimos tempos (CLAVAL, 1999). Nesse sentido:

*“As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significados. Grande parte da geografia mais interessante está em decodificá-las. É tarefa que pode ser realizada por qualquer pessoa no nível de sofisticação apropriado para elas. Porque a geografia está em toda a parte, reproduzida diariamente por cada um de nós”* (COSGROVE, 2004:32).

Assim, revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, re-apresentar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos.

Adotada em 1992 pela UNESCO o conceito de “paisagem cultural” vem valorizando as inter-relações entre homem e meio ambiente, entre o natural e o cultural. Abarcando as ideias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar, tais paisagens culturais podem ser intencionalmente definidas por razões estéticas (jardins e parques); evoluídas organicamente cujo processo de construção terminou no passado (paisagens relíquia ou fóssil e paisagens contínuas ou vivas, cujo processo evolutivo ainda está em curso; e, paisagens culturais associativas, que têm o seu valor determinado de acordo com associações feitas acerca delas).

A ideia de paisagem cultural, novo marco teórico que articula de forma inseparável os aspectos materiais e imateriais do conceito de patrimônio, muitas vezes pensados separadamente, indica que as interações significativas entre cultura e natureza tornam-se cada vez mais relevante para o homem do século XXI. Em tempos de mundialização e homogeneização das culturas, é saudável que possamos resguardar e valorizar contextos de vida singulares, que se traduzam na relação harmônica do homem com a natureza e, conseqüentemente, em maior qualidade de vida. A perspectiva da paisagem cultural implica ainda que se identifique as relações estabelecidas, nos vários momentos históricos, entre as comunidades locais e a natureza, considerada matéria-prima para a apropriação social. Estas relações entre comunidade-natureza explicam como se deu a produção dos objetos materiais (cidades, edificações, campos de cultivo) e da vida imaterial (festividades, lendas, tradições, crenças, elementos simbólicos, memória coletiva).

#### 4. Educação Patrimonial: caminhos e possibilidades

Paulo Freire observou que o conceito de cultura empregado na discussão em tela é indispensável em qualquer contexto. Seu argumento é de que, ao discutir sobre o mundo da cultura e seus elementos, os indivíduos vão desnudando a sua realidade e se descobrindo nela. A cultura material torna-se elemento do processo de “alfabetização cultural” empreendido por Freire, assim como uma concepção de cultura que inclui as manifestações eruditas e populares.



Não pretendemos entrar na discussão das ideias de Freire, mas enfatizar que a visão de uma prática educativa fundamentada na cultura não surge com a Educação Patrimonial. Na verdade, o próprio “Guia Básico de Educação Patrimonial”, publicado pelo Iphan em 1999 (HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO) deixa claro que a Educação Patrimonial pode ser um instrumento de “alfabetização cultural”.

Assim, inspirado em Paulo Freire, Ramos (2004:21) propõe a pedagogia do diálogo contida no “objeto gerador” do conhecimento, quando o pedagogo projetou uma forma de alfabetização para adultos por meio de “palavras geradoras”, isto é, que tivessem profundo significado para quem iria ser alfabetizado, constituindo a matéria-prima para a descoberta da forma pela qual as palavras seriam escritas.

Neste sentido, um bem cultural, como objeto gerador do conhecimento, deverá contribuir para a alfabetização cultural, e, sendo os museus, entre outros, uma instituição de caráter, essencialmente pedagógicos, contribuem para a alfabetização museológica (RAMOS, 2004:33) do adulto. Para tanto, é necessário que ele entenda a historicidade do patrimônio cultural, que identifique à multiplicidade de culturas entranhadas nele, como a trama de valores, o seu uso, as suas transformações, a sua destruição e a sua reconstrução. Por exemplo, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, saberes populares, expressões resultantes da relação entre indivíduos e seu meio ambiente.

Neste processo do conhecimento, o autor destaca que a “pedagogia da pergunta” viabiliza o trabalho com os objetos geradores, não tem uma resposta como solução, mas desperta o interesse em buscar novas respostas, de “ad-mirar”, ou seja, colocar-se frente ao “não-eu” para, curiosamente, compreendê-lo. Sugere que, não há ato de conhecimento sem admiração do objeto a ser conhecido, sendo este um dos princípios da Educação Patrimonial (RAMOS, 2004:36).

A expressão “Educação Patrimonial” foi formulada pela primeira vez no país em 1983, a partir de um seminário realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro (HORTA, 2005; HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO, op.cit.). O encontro teve por objetivo a apresentação de uma metodologia inspirada em uma iniciativa pedagógica adotada na Inglaterra e cujo mote era o uso educacional dos museus e monumentos. A ideia central era utilizar as fontes primárias como ferramenta didática dessas escolas, especialmente por meio da noção de “histórias baseadas em evidências para o ensino da História daquele país” (BEZERRA, 2006: 41).

Em certa medida, o que se percebe, é um modismo no uso da expressão “Educação Patrimonial” (CHAGAS, 2006; BEZERRA, 2006), o que, por um lado, aponta para a multiplicação do número de projetos baseados nos bens patrimoniais e, por outro, indica a urgência de se rediscutir sobre o tema, que tem desdobramentos importantes para a dinâmica de constituição e de preservação do patrimônio cultural como um todo.

A Educação Patrimonial é um tema complexo, entendido aqui, nos termos de Morin (1990), como uma “questão problema” e não meramente como uma solução, uma vez que anuncia tanto reflexões em aberto, porque próprias de um campo de discussão e de pesquisa que se define historicamente, como, ao mesmo tempo, aponta para um conjunto de ações de caráter técnico a serem avaliadas dentro de uma perspectiva ética, mas não de uma ética que desconsidera a visão do Outro e toma o olhar do técnico como algo que basta em si mesmo, e sim de uma ética de reciprocidade que situa o diálogo e a troca cultural como um horizonte possível.

Mas, afinal, o que é Educação Patrimonial? Com este questionamento, instigamos nossos leitores a pensarem sobre o seu estatuto no que tange ao processo de ensino-aprendizagem em intersecção com o campo do patrimônio. A Educação Patrimonial situa-se nos interstícios disciplinares. Portanto, não temos a intenção de propor qualquer tipo de definição.

Ao longo dos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Ao se adotar a expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país. Não obstante a extrema pertinência e a importância dos resultados alcançados por essas iniciativas, nem sempre se discerne uma orientação programática definida, subjacente a esse conjunto heterogêneo: ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação se acotovelam com propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades; projetos e encontros, materiais de apoio, cadernos temáticos e publicações resultantes de oficinas se misturam a práticas significativas em que esses materiais não constituem um fim em si mesmo; ao contrário, compõem partes de processos educativos.

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, em todas as suas manifestações, a fim de compreender seu reconhecimento, valorização e conservação. Consideramos ainda que os processos educativos sejam construídos de forma coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. Sua formulação decorre de um longo processo de debates institucionais, aprofundamentos teóricos e avaliações das práticas educativas voltadas à conservação do patrimônio.

A complexidade que envolve o conhecimento do “ambiental-urbano-cultural”, hoje no contexto mundial aponta para a necessidade de uma nova leitura do território, como forma de compreender a sua dinâmica e buscar estratégias de intervenções, mais adequadas - para as cidades contemporâneas. Essa nova leitura deve ser entendida, como um conhecimento integrado da paisagem cultural onde os processos urbanos e históricos de reconstrução das cidades possam ser revelados através das relações entre diferentes escalas espaciais e da interdependência entre os diferentes aspectos, físicos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Essa integração sugere uma força, que pode significar um combate às constantes fragmentações do espaço urbano no que concerne às relações do seu processo de produção, tais como sociedade-natureza; rural-urbano; local-global; sujeito-objeto, teoria e prática social.

Partilham desse mesmo olhar, ZANIRATO (2009) e VARINE (2012), ao reafirmarem o valor e a utilidade da educação patrimonial com as comunidades. Conferem importância fundamental à educação social, patrimonial e ambiental em comunidades, enquanto instrumento de combate às desigualdades e conquista de maior soberania sobre decisões tomadas em relação à herança cultural. Corroboram com o desenvolvimento local sustentável e maior capacitação da autonomia das comunidades. Ambos defendem que os líderes comunitários, assim como agentes de outras instâncias, devem participar na tomada de decisões relativamente ao patrimônio local uma vez que são esses profissionais cujos investimentos lhes permitiram estar num patamar de liderança e de administração da sociedade. No entanto, e frequentemente, as prioridades pessoais parecem estar acima das necessidades da população. Devem ser cultivados sentimentos de liderança baseados na cooperação, e não na supremacia, para que a sociedade possa ter oportunidade de ser informada e formada deixando de ser um ideal.

Nesse viés partimos do princípio de que a interdisciplinaridade, como novo paradigma do conhecimento nos impõe uma espécie de deslocamento de nossa posição em um campo específico do saber, ampliando os horizontes de atuação, uma vez que nos coloca como agentes na construção de um saber novo e, por isso mesmo, complexo e instável.

Não defendemos, aqui, uma perspectiva holística e redentora dos saberes, o que apontaria para uma fusão de horizontes isenta de tensões. Pelo contrário, sinalizamos para os dilemas e complexidades existentes na aproximação de saberes, metodologias e perspectivas teórico-conceituais que precisam ser repensados no ato mesmo de se lançar a interdisciplinaridade.

A abertura dialógica, portanto, re-situa nosso olhar nesse processo de produção de um saber ampliado para além dos limites do campo de conhecimento do qual somos oriundos. Se isto é verdade, a especialização estreita, ou ainda a visão compartimentada do conhecimento, impõem-nos uma nova visada sobre o próprio fazer científico, assim como uma ética de reciprocidade que contemple a pertinência do olhar do outro, na medida em que percebe o significado de nosso olhar na interação.

Nestes termos, a perspectiva interdisciplinar emerge como uma questão central para as pesquisas e intervenções sobre a temática do patrimônio, especialmente quando se trata de pensarmos sobre o papel dos profissionais e dos técnicos do campo do patrimônio junto às comunidades em que tais elementos aparecem.

As nossas inquietações enquanto profissionais que trabalhamos nas interfaces das Ciências Sociais/Humanas com a Educação nos impõem sobre a necessidade de estabelecermos um diálogo constante entre os diversos saberes, evidenciando que o campo da Educação Patrimonial é uma área do conhecimento eminentemente interdisciplinar. Ou seja, qualquer atividade ligada ao tema da aprendizagem patrimonial deve considerar a matriz complexa que define o campo de atuação profissional e as formas de intervenção junto aos grupos sociais, que encerram estratégias didático-pedagógicas, situadas na interface das ciências.

Nesse contexto, os caminhos e possibilidades de um diálogo entre Paisagem Cultural e Educação Patrimonial revelam resultados profícuos uma vez que a paisagem cultural se aplica as diversas escalas territoriais, por ser um conceito que norteia as escalas intra-urbana e regional, visto que traz em seu bojo, como aporte genético, a noção geográfica de paisagem que está intimamente relacionada à noção de território. O cultural adjetiva as relações enfocadas neste território para além da percepção naturalista, estética, visual pictórica perspectiva e da paisagem projetada. Essa perspectiva permite tratarmos o patrimônio das cidades de maneira integrada, envolvendo toda sua complexidade, relacionando suas dimensões culturais materiais, imateriais e naturais às políticas de desenvolvimento e gestão territorial (FIGUEIREDO, 2013, 193-196).

## 5. Considerações Finais

Ao comungarmos com a proposta do IPHAN, 2014, quando almeja que a Educação Patrimonial seja uma construção coletiva do conhecimento, que identifica a comunidade como produtora de saberes e reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Pois, se as interpretações do mundo são formas de representações que o nosso cérebro guarda, as pesquisas, os inventários e os mapeamentos do patrimônio cultural são instrumentos eficazes para compreender a pluralidade cultural brasileira. Salvar o patrimônio cultural é uma forma institucionalizada e objetivada de dar visibilidade às distintas formas de representações da cultura, imprimindo, assim, o

reconhecimento de identidades, de alteridades, de práticas de diferentes grupos sociais e suas maneiras próprias de ser no mundo.

Cabe ao pesquisador/investigador a interpretação destes patrimônios culturais e estabelecer inter-relações capazes de identificar os recursos de marcação identitária e social, bem como o seu significado simbólico, uma vez que, os dados dos representantes de diferentes culturas permitem marcar de forma visível a existência dos grupos, “como eles querem ser percebidos pelos outros”.

## BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre - **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ISBN – 972-29-0014-5.

CAUQUELIN, Anne - **Paisagem, retórica e patrimônio**. In: JEUDY, Henri-Pierre (Org.). *Patrimoines en folie*. Paris: Éditions de la Maison de Science de L’Homme, 1998, p. 24-28. ISBN - 978-2-7351-0352-2.

CLAVAL, P. - **O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana**. In: CLAVAL, P. *A paisagem dos geógrafos*. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011. p. 13-74. ISBN – 8575110675.

CLAVAL, P. - **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. ISBN – 978-85-328-0389-4.

CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zenir - **Apresentando leituras sobre Paisagem, tempo e cultura**. In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000. ISBN – 85-85881-56-9

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org) - **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. ISBN 8528610373.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter - **Novos rumos da Geografia Cultural**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Geografia cultural: um século* (2). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000, pp.15-32. ISBN- 8575110276.

COSGROVE, Denis - **A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zenir. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. ISBN – 85-85881-56-9.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina., MONTEIRO, Adriane Queiroz - **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, Museu Imperial, 1999. Pdf. ISBN – 9788587222015.

FIGUEIREDO, Lauro César, PIMENTA, Margareth C. Afeche (Orgs.) - **Lugares, Patrimônio, Memória e Paisagens**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2014. ISBN – 9788532807014.

FIGUEIREDO, Lauro César; MORAES, Heliana Alves - **A prática da Educação Patrimonial: uma experiência no município de Restinga Sêca**. In: *Educação Patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade (Cadernos Temáticos)*., vol. 04 João Pessoa, Superintendência do IPHAN na Paraíba 2014. ISBN – 978-85-7334-266-6.





HOLZER, W. - Paisagem, **Imaginário, Identidade**: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.p. 149-168. ISBN – 9788585881801.

IPHAN, Ministério da Cultura - **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF, ISSN 2316-5014; IPHAN, 2014.

POLLAK, Michel - **Memória e identidade social**. In: *Estudos Históricos*; ISSN –2178-1494, vol. 2 n.3. Rio de Janeiro, 1989.

RAMOS, Francisco Lopes - **A danação do objeto**. O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.ISBN - 978-85-7535-060-7.

RELPH, E. - **Place and Placelessness**. Londres: Pion, 1976. ISBN - 978-0850861761.

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude - **Une notion clef des Sciences Humaines**. *Sciences Humaines*. ISSN – 0996-6994; nº 27, Abr. 1993.

SAUER, Carl O. - **Desenvolvimentos recentes em Geografia Cultural**. In: CORRÊA, R. L. ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Geografia cultural: um século (1)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000. p. 15-98. ISBN – 8575110276.

SAUER, Carl O. - **A Morfologia da Paisagem**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1925, p.12-74. ISBN – 85-85881-56-9.

TUAN, Y. - **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1980. ISBN – 8572166629.

VARINE, Hugues de - **As Raízes do Futuro**: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. ISSN 1984-3917. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

WAGNER, P. L.; e MIKESEL, M. W. - **Os Temas da Geografia Cultural**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.) *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.ISBN 8528610373.

ZANIRATO, Silvia – **Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural**. ISSN-1808-1967. Vol. 5, nº1, 2009, p.137-152.

